

Debates

15 DE FEVEREIRO DE 2021 10ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CORONEL TELHADA e CASTELLO BRANCO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - RICARDO MELLÃO

Crítica a publicação de decretos que autorizam o aumento de ICMS no estado. Lamenta a lei 17.293/20 que, no art. 22, permite o aumento das alíquotas sem a autorização desta Casa. Informa o envio de mais de 100 ofícios de entidades contra as medidas. Afirma que deve protocolar projeto que visa a revogar o art. 22. Lista setores afetados.

3 - JANAINA PASCHOAL

Comenta reunião com o secretário estadual da Saúde a respeito do fechamento de prontos-socorros de hospitais estaduais. Esclarece que o governo estadual pretende deixar os cidadãos da Saúde básica com os municípios. Pede para que as triagens continuem sendo feitas antes do encaminhamento aos equipamentos da prefeitura. Informa o recebimento de denúncias a respeito do fechamento das alas infantis dos hospitais de Pedreira e Grajaú. Afirma que irá apurar a situação.

4 - CASTELLO BRANCO

Exibe slides sobre o aumento de ICMS de insumos da Saúde. Crítica as justificativas para a majoração. Lamenta a aprovação do PL 529/20. Alerta para risco de prejuízo às indústrias e às distribuidoras que negociam com órgãos públicos.

5 - MAJOR MECCA

Exibe e comenta vídeo de assassinato de investigador da Polícia Civil, ocorrido na última sexta-feira. Cobra mais medidas de proteção para a categoria. Pede a sanção do PL 701/19, que autoriza o pagamento imediato de 5% das indenizações por morte. Considera o salário de policiais militares de São Paulo o pior do País. Crítica o aumento de verbas para a Publicidade. Lembra sua candidatura à Presidência desta Casa.

6 - CARLOS GIANNAZI

Agradece as assinaturas em PEC para regulamentação da Polícia Penal no estado. Exibe fotos de visita a escolas municipais. Alega que os prédios não estão preparados para receber os alunos. Informa que hospitais públicos infantis anunciaram aumento de internações de crianças por Covid-19. Comenta o decreto de lockdown em Araraquara após aumento de mortes e descoberta de variante do coronavírus. Considera este o pior momento da pandemia.

7 - CASTELLO BRANCO

Assume a Presidência.

8 - CORONEL TELHADA

Deseja melhoras ao jornalista Sérgio Ewerton, em recuperação após infarto. Informa as comemorações do final de semana e do dia de hoje. Crítica a mudança pretendida pelo Governo do Estado, no Hospital Infantil Darcy Vargas. Alerta para especulação imobiliária. Lamenta o falecimento do Sr. Antônio Moreira de Souza, veterano da Segunda Guerra Mundial, do cabo Márcio José da Silva, vítima de Covid-19 e do investigador da Polícia Civil, Carlos de Oliveira, assassinado no final de semana. Agradece ao "Jornal da Gente" por publicação sobre as denúncias de mau uso de doações ao Fundo Social de Solidariedade. Comenta a apreensão de oito toneladas de maconha, em Araraquara, pela Polícia Rodoviária.

9 - PAULO LULA FIORILO

Presta solidariedade à população de Araraquara e Jaú pelo aumento de casos de Covid-19 e a descoberta da nova variante do coronavírus nas cidades. Discorre sobre as mudanças que deveriam ser feitas para adequação da Escola Estadual Euphly Jalles para o Projeto Escola Integral. Cobra a revisão do convênio com empresa que serve as refeições para os alunos. Alega aumento de custos para a Prefeitura de Jales. Pede ao secretário de Educação a estabilidade nas carreiras dos professores afastados por Covid-19.

10 - LETICIA AGUIAR

Crítica denúncia de irregularidades na contratação de assessoria no seu gabinete. Esclarece que todas as contratações são feitas diante da lei. Elogia sua equipe. Afirma que o denunciante é comissionado do PSDB de São José dos Campos e fora exonerado 44 dias antes das eleições e renomeado 4 dias após. Considera a denúncia perseguição política, por ser oposição ao Governo do Estado. Defende os valores conservadores. Agradece aos apoiadores.

11 - TENENTE NASCIMENTO

Solicita o acolhimento da Indicação 01/21, que pede a inclusão de policiais militares, bombeiros, guardas civis, policiais civis e professores ao grupo prioritário de vacinação contra a Covid-19. Considera que o grupo é de trabalhadores da linha de frente. Comenta a contaminação de professores. Defende o retorno às aulas após a vacinação. Afirma que apenas 42% dos alunos têm acesso à internet.

GRANDE EXPEDIENTE

12 - PAULO LULA FIORILO

Pelo art. 82, afirma que o governo estadual teria fechado o ano de 2020 com 14,6 bilhões de reais em caixa. Alega que o orçamento para o convênio de alimentação com a Escola Estadual Euphly Jalles, em Jales, precisa ser revisto. Crítica medidas impopulares impostas pelo governo estadual. Menciona estudo a respeito dos efeitos, para o PIB, de eventual tributação de 1% da população mais rica do País. Comenta discurso do deputado Carlos Giannazi sobre os principais devedores de ICMS do estado de São Paulo. Crítica corte na isenção do IPVA para pessoas com deficiência.

13 - CARLOS GIANNAZI

Pelo art. 82, reprova o retorno às aulas presenciais. Crítica o texto "Escolas Abertas", que defende a reabertura das escolas. Relata a falta de servidores nos estabelecimentos de ensino público do estado. Cita fatores que impedem a reabertura das atividades. Menciona decreto do prefeito de Guapiara que proibira a abertura das escolas. Diz que a Diretoria de Ensino não teria respeitado o decreto municipal citado, ao determinar o retorno às aulas presenciais. Afirma que medida tomada pelo órgão seria passível de abertura de boletim de ocorrência, por parte do prefeito da cidade.

14 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência.

15 - CASTELLO BRANCO

Pelo art. 82, afirma ser contra a taxaço de grandes fortunas. Elogia movimentos que defendem a reabertura das escolas. Parabeniza sua filha pela data comemorativa de seu aniversário.

16 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, pede a seus pares apoio para a aprovação do PDL 22/20, que visa a revogação de alterações tributárias sobre os proventos de aposentados e pensionistas.

17 - TENENTE NASCIMENTO

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

18 – PRESIDENTE CORONEL TELHADA

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 16/02, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

- Passa-se ao PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente. Hoje é dia 15 de fevereiro de 2021, segunda-feira.

Iniciamos o Pequeno Expediente com os seguintes oradores inscritos: o primeiro deputado é o deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Ricardo Mellão. Vossa Excelência tem o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Srs. Deputados, presidente, Srs. Assessores, Srs. Policiais.

Hoje vim falar novamente sobre o achaque que está sendo feito junto ao paulistano, ao trabalhador paulistano que acorda cedo, que trabalha todos os dias e que paga seus impostos em dia - porque a gente sabe que, se não pagar em dia, as consequências são muito grandes -, aqueles que sofreram durante essa pandemia e que foram surpreendidos com alíquotas de ICMS sendo majoradas através de dez decretos do governador João Doria, expedidos entre dezembro e janeiro.

Aliás, desde outubro, quando o projeto foi aprovado nesta Casa. Aquele projeto que nós brigamos aqui, eu e muitos deputados fizemos o possível para obstruir, fizemos o possível para mostrar claramente a farsa que ele escondia.

Entre diversos assuntos polêmicos, existia ali o tal do Art. 22 da hoje Lei nº 17.293, que é justamente o artigo que permitiu ao governador aumentar alíquotas de ICMS sem precisar passar por esta Casa, pelos legítimos representantes da população, sendo que a gente sabe muito bem que matéria tributária, se você vai instituir ou aumentar impostos, tem que passar por esta Casa.

Isso existe desde 1215, na Inglaterra, quando essa limitação foi colocada ao rei da época, o rei João Sem-Terra. Infelizmente, esta Casa, naquele fatídico dia de outubro do ano passado, abriu mão desse poder e dessa prerrogativa e a deu de bandeja ao governador, que simplesmente não hesitou em publicar decretos aumentando as alíquotas de impostos.

Para vocês terem uma ideia, mais de 120 categorias de produtos tiveram o ICMS aumentado, ou seja, produtos que vão ficar mais caros para você, produtos na área da saúde, de serviços, alimentação, construção civil, indústria, transportes. Tudo isso vai ficar mais caro.

Há um estudo da Fiesp, inclusive na ação que eles entram, uma ação direta de inconstitucionalidade, alegando que o impacto disso vai ser um aumento de mais de 13% no preço final para o consumidor, ou seja, você, quando for adquirir alimentos, serviços de saúde, remédios, vai pagar mais caro.

E saiba o porquê de você pagar mais caro: porque foi aprovada nesta Casa uma lei que escondia um cheque em branco que tirou o poder desta Casa de poder deliberar, discutir e debater aumentos de impostos e passou para o governador fazer isso com a caneta dele ao seu bel-prazer. Então, saibam disso tudo.

Mas não vamos deixar essa situação ficar do jeito que está. Já anuncio aqui que recebemos - eu e outros deputados - mais de 100 ofícios de diversas entidades que foram prejudicadas por esse aumento de ICMS e aqui se incluem associações, cooperativas do estado de São Paulo, representantes dos produtores rurais.

Aqueles que trazem alimentos para nossa mesa foram prejudicados, em diversos municípios espalhados pelo estado de São Paulo. Estão aqui, olha, vários deles. Além de outros setores ligados também à Saúde que vieram nos procurar para que fizéssemos alguma coisa para tentar corrigir esse absurdo que foi aprovado aqui nesta Casa em outubro.

É por isso que já anuncio aqui, de antemão, que, nesta quarta-feira, eu e muitos deputados que estão presentes aqui hoje neste plenário, de diversos partidos, estamos protocolando um projeto de lei que justamente visa a revogar esse cheque em branco, esse absurdo que está na Lei nº 17.293, de 2020, no Art. 22.

Estamos apresentando um projeto para retirar esse cheque em branco e devolver a esta Casa o poder que ela deveria ter, o poder constitucional, o princípio da legalidade tributária, que foi gravemente ferido a partir do momento em que se tirou desta Casa e se deu ao governador a prerrogativa de aumentar impostos ao bel-prazer dele.

E no dia 17 agora, nesta quarta-feira, quando faremos esse protocolo, eu e outros deputados, estarão nos apoiando todos esses sindicatos e diversos outros representantes da área não só dos produtores rurais, da agricultura, da Saúde, dos veículos, enfim.

Estaremos aqui para rever esse absurdo e vamos batalhar até o fim para corrigir esse grande problema que nós causamos. "Nós", peço desculpas. Que vários deputados - não nós, porque sei que muitos deputados aqui batalharam contra, assim como eu - fizeram aqui nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sr. Deputado. O próximo deputado é o Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento V. Exa. e os colegas presentes, os funcionários da Casa e as pessoas que nos acompanham pela Rede Alesp. Já informo que vou me pronunciar e vou me retirar, porque estou acompanhando o Colégio de Líderes, que ocorre neste mesmo horário.

Eu queria, na verdade, voltar àquela discussão referente aos hospitais gerais, que estão tendo os prontos-socorros fecha-

dos. Eu sei que a terminologia técnica utilizada pela Secretaria da Saúde é "referenciados", e disse aqui que fiz uma reunião presencial com o secretário da Saúde, que explicou que a ideia do governo é que o município cuide dessa parte da Saúde mais básica, deixando os hospitais para tratar de situações de média e alta complexidade.

Eu compreendi o argumento, mas sigo entendendo que a população vai perder muito com o fechamento das portas dos prontos-socorros, por isso pedi ao secretário a garantia de que as triagens seguirão sendo feitas.

O que significa isso? A pessoa chega no hospital geral, ou seja, no hospital estadual, ela é ouvida, ela é avaliada e se realmente for uma situação de baixa complexidade, ela vai ser encaminhada para um equipamento da prefeitura; caso contrário, ela já vai receber o atendimento.

Esse procedimento é importante porque eu dei o exemplo da dor no braço que poderia ser um enfarte, mas, em conversa com pediatras, recebi outros exemplos como uma dor de cabeça em uma criança que pode esconder uma meningite. Fazer essa criança passar pela UBS ou pela UPA e só depois ser encaminhada para o hospital de complexidade por meio do Cross pode ser fatal para essa criança.

Então eu sigo entendendo que esse fechamento é um retrocesso e uma vez mais digo que houve um compromisso do secretário que as triagens seguiriam. Pois bem, por que então eu voltei ao tema?

Voltei ao tema porque no final de semana eu recebi muitos e-mails de pessoas, inclusive da área de Saúde, noticiando que as mudanças com esses hospitais gerais serão maiores do que eu havia compreendido e que o governo decidiu encerrar serviços importantes de pediatria nesses hospitais gerais.

As pessoas que me escreveram falaram especificamente sobre o Hospital Pedreira e sobre o Hospital Grajaú. Eu já tinha oficiado em relação a uma informação parecida relativa ao Hospital estadual de Sumaré; o ofício foi respondido dizendo que os cortes que haviam sido feitos nos serviços do Sumaré foram feitos em decorrência da diminuição do repasse dos orçamentos para Saúde, mas que aqui nesse ofício foi assumido compromisso que a pediatria seguiria operando.

Então eu já estava acompanhando o encerramento do serviço de pediatria do hospital de Sumaré e por ofício recebi a garantia de que esse encerramento não ocorrerá. Agora no fim de semana recebo a notícia por vários e-mails, de várias fontes, que encerrarão o serviço de pediatria no Hospital Pedreira e no Hospital Grajaú.

O Hospital Pedreira é uma referência no tratamento de crianças, inclusive diante das denúncias, eu fiz um levantamento de notícias mais antigas e constatei que foi justamente no governo do Geraldo Alckmin, na gestão do secretário de Saúde Barradas, que eles fizeram uma cerimônia de inauguração dessas alas de pediatria.

Então, as entrevistas que foram concedidas na época noticiavam a conquista de ter uma ala de pediatria nesses hospitais na periferia de São Paulo e agora um governo do mesmo partido está encerrando esse serviço.

Hoje pela manhã eu conversei com o presidente Cauê Macris, tratei deste tema, vou levar essa questão adiante.

Em que sentido? Primeiro eu vou apurar se o plano é esse mesmo, porque desse plano, estou fazendo um levantamento já do número de leitos para crianças, para bebês recém-nascidos, para adolescentes, para que nós compreendamos se existe alguma racionalidade nessas medidas ou se é uma vez mais cortar o atendimento dos mais vulneráveis.

Se for isso, que é o que aparentemente é, esta Casa não pode admitir; eu pessoalmente não admitirei, mas eu vou apurar e vou trazer o que for levantado para ser esclarecido para com os colegas e para com o público.

Mexer com criança é complicado, a gente não pode fingir que não está vendo.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigada, Sra. Deputada. Próximo deputado, deputado Castello Branco. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. CASTELLO BRANCO - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Quinze de fevereiro de 2021, segunda-feira, endossando a presença no plenário dos argumentos do deputado Ricardo Mellão e da deputada Dra. Janaina Paschoal.

A gente vem aqui mais uma vez mostrar os desmandos, o desgoverno e os crimes que estão sendo cometidos pelo governo do estado de São Paulo, muitos na área de Saúde. Justamente na área em que eles advogam que fazem grandes coisas, na verdade está mais do que provado que tem feito um desserviço à população de São Paulo.

Nós preparamos aqui, por exemplo, uma rápida apresentação: Os impactos do aumento do ICMS na área de Saúde. Você que está em casa nos assistindo vai pagar mais caro no seu plano de saúde, na sua internação hospitalar, no seu remédio da farmácia, em tudo.

Então vamos lá, o aumento do ICMS preocupa especialistas quanto aos impactos no setor da Saúde desgracadamente no momento em que a população mais precisava desse apoio. A Rádio USP FM entrevistou nesta segunda-feira pela manhã o professor do Departamento de Direito Econômico e Tributário da Faculdade de Direito, Fernando Scaff.

A entrevista foi veiculada no jornal da USP e o professor faz uma análise muito técnica sobre os impactos negativos desses aumentos. Segundo Scaff, o ano de 2020 fechou com o ICMS de São Paulo até mais alto do que foi prometido no ano anterior. Então aquela desculpa de que não haveria arrecadação, era uma grande mentira, a gente já sabia disso, os análises econômicos já tinham feito projeção. Mentira.

O professor enfatiza que o aumento de ICMS para insumos hospitalares e medicamentos é um erro estratégico no combate à pandemia. É um erro jurídico também. É um tiro no pé do governo, mais um.

Primeiro, você tem um aumento de carga desigual, ou seja, você não tratou a todos igualmente. Em segundo lugar, não se justifica no âmbito jurídico, pois a fórmula adotada pelo estado de São Paulo foi a de delegar poderes ao governador.

Foi um erro desta Casa. Nós deixamos passar aqui um cheque em branco - como bem dito pelo deputado que me antecedeu aqui no plenário - de que nós deixamos a ele erradamente. Isso é inconstitucional - esse poder.

Não deveria ter entrado. Mas maldosamente, malvadeza colocou isso no texto. É um erro, é inconstitucional, porque estabeleceu que isso é prerrogativa do Legislativo. Muito bem. Está aí o "Panorama Farmacêutico". "Principais mudanças tributárias do mercado farmacêutico". Então, como eu disse, vai abalar você também.

O site "Portal do Farmacêutico" publicou em 05 de fevereiro, sexta-feira, uma matéria abordando os impactos do aumento do ICMS sobre os medicamentos, principalmente no processo de venda desse produto para os órgãos públicos. Ou

seja, o governo aumentou o custo para ele mesmo. O governo aumentou o custo de quem mais precisa.

Em outubro de 2020, o governador do estado de São Paulo aprovou um pacote de ajuste fiscal na Assembleia Legislativa para equilibrar as contas públicas. Mentira. Argumento falacioso e inconsistente, e não procede do ponto de vista técnico. Mas passou.

A lei então estabelece novas regras para o orçamento de 2021 e prevê um aumento na carga tributária que considerou qualquer carga tributária abaixo de 18 por cento sendo benefício fiscal. Outra sacanagem, porque as isenções fiscais foram alvo de grandes lutas aqui, durante mais de 50 anos, de determinados setores. Então, ele passou a régua.

A Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos estima que os medicamentos fiquem de três a cinco por cento mais caros, no mínimo, ao consumidor final, com o plano de elevar o ICMS de medicamentos de 12 para 13,3.

Visando uma revisão na proposta, o Sindusfarma, sindicato que representa a indústria farmacêutica, entrou com uma ação na Justiça contra essa mudança. Aliás, já tem mais de 150 ações judicializadas por diversos sindicatos de diversas categorias.

Mas, depois de um grande movimento nas mídias sociais e na imprensa, o governador voltou atrás. Ou seja, só trabalha sob pressão. E no Diário Oficial, retornou, voltando as alíquotas dos medicamentos genéricos aos tradicionais 12 por cento. É o famoso pacote da maldade, de onde ele tira alguns venenos, mas continua venenosos.

Outra proposta de mudança em São Paulo foi no mercado hospitalar, que ainda está em plena discussão, mas sem respostas definitivas. A única constatação concreta é que o governo de São Paulo vem para aumentar os impostos com foco na arrecadação, e os medicamentos que participam dos convênios 162 e 140 já perderam a isenção para vendas no mercado privado.

Terminando, Sr. Presidente, o governo de São Paulo ainda coloca em risco todas as empresas que vendem para o mercado público no estado de São Paulo, pois, na nova legislação, ela estabelece que a isenção vale somente para os hospitais públicos federais, estaduais ou municipais e Santas Casas.

Parece uma pegadinha, pois a maioria das negociações não é feita com os hospitais, e sim com órgãos públicos, colocando, assim, a indústria e as distribuidoras sob risco ao faturar para um órgão público que não seja especificamente algum dos citados. Esse ponto é simples de resolver, mas o governo decidiu manter o texto, que dá margem a outras interpretações, como ele quer.

Bom, aproximando-se do final da apresentação, o abuso, isso vale para todas as áreas - próximo slide. Está aí outra tabela... Enfim. Imposto, imposto e mais imposto, a fome arrecadatória. E, como eu sempre digo, interesses escusos e inconfessáveis por trás de cada decisão que é tomada.

Estamos juntos e somos mais fortes.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, Sr. Deputado. Próximo deputado é o Coronel Nishikawa. (Pausa.) Próximo deputado é o Major Mecca. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. MAJOR MECCA - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a pena de morte que foi impenetrada no estado de São Paulo pelos criminosos segue a todo vapor, e o governo do estado de São Paulo finge que nada está acontecendo.

Acompanhe aqui, na última sexta-feira. A última sexta-feira, que foi dia 12 de fevereiro de 2021. Coloque na tela, por favor. A execução do investigador Carlos, da Polícia Civil. Encosta uma motocicleta com dois criminosos, rende o policial, identifica-o e o executa nas ruas de São Paulo. Muito obrigado.

Quantas vezes nós acompanhamos a execução de policiais no estado de São Paulo? Quantas vezes isso acontece? Inúmeras. Isto é genocídio. O abandono do governo do estado de São Paulo aos homens e às mulheres que defendem o cidadão de bem, que defendem o trabalhador.

Ai nós perguntamos: o senhor João Agripino Doria, que retira dinheiro da Saúde, retira dinheiro da Educação para empenhar em publicidade - e nós mostramos isso aqui. Ele empenha milhões de reais para sua autopromoção.

Para fazer uma propaganda antecipada para disputar a Presidência em 2022. E abandona os seus policiais, que ganham, recebem o pior salário do país, sendo que servem ao estado mais rico, que é o estado de São Paulo, mas que tem os seus recursos que escorrem pelo ralo da corrupção, do desvio.

Enquanto isso, pais de família estão morrendo, passando dificuldade, como nós acompanhamos hoje, nesta segunda-feira, dia 15 de fevereiro, o testemunho da esposa do policial civil Carlos, que foi enterrado no sábado.

Ela não recebeu uma visita, um alento sequer dos direitos humanos. Não recebeu uma ligação do Governo do Estado de São Paulo para perguntar se a esposa, se a família está precisando de alguma coisa.

Nós estamos aguardando, viu, João Doria, a sua sanção ao Projeto de lei 701, que foi aprovado por unanimidade no plenário desta Casa em dezembro. O senhor não sancionou ainda.

Ou será que o senhor vai vetar um auxílio de 5% na indenização aos familiares, para que a esposa e os filhos tenham a dignidade de não precisar pedir aos irmãos policiais que façam uma vaquinha para que se faça o enterro, para que se compre uma cesta básica? Porque o policial estará ausente, e a família iniciará um processo onde passará fome e dificuldade.

Nós, policiais, estamos, através de ações de fraternidade, nos unindo em vaquinhas, em rifas para poder sustentar a família desses policiais mortos, executados no estado de São Paulo, com o Sr. João Agripino Doria fingindo que nada está acontecendo, como os inúmeros absurdos que nós vemos os deputados trazerem a esta tribuna.

Nas escolas, professores que estão abandonados; prontos-socorros que ele está fechando em plena crise sanitária. A Furp, que é a Farmácia do Estado, está fechada, parada, sem produzir remédio. As pessoas, as famílias mais carentes, os quartéis, as delegacias, abandonados.

Os policiais estão tendo que vender o seu horário de folga para colocar comida na mesa, entrando em um nível de estresse físico e psicológico extremamente alto - é só olhar o número de policiais que praticam suicídio.

E o Sr. Governador João Agripino Doria fingindo que nada está acontecendo, fazendo propaganda da sua imagem. O senhor está praticando genocídio no estado de São Paulo.

Sou candidato, sim, à Presidência da Assembleia, porque o senhor terá que responder aqui por seus atos e será, sim, responsabilizado como todo e qualquer cidadão, neste País, que responde às leis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, Sr. Deputado. A próxima deputada é a deputada Edna Macedo. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi, V. Exa. tem o tempo regimental.

VISITE NOSSAS LIVRARIAS:

• livraria.imprensaoficial.com.br – Livraria Virtual

• Rua XV de novembro, 318 – 2ª a 6ª das 9h as 18h

